



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE JANEIRO DOIS MIL E DEZANOVE.**-----

-----Ao vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão extraordinária, sob a presidência do **Presidente da Mesa**, José Manuel Martins Ribeiro, o **Primeiro Secretário**, António Jorge Macedo Pimentel, e **Segunda Secretária**, Maria Mercedes Mendes Y Pardo. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão, quando eram vinte e uma horas e vinte minutos.-----

-----De seguida, pelo **Presidente da Mesa** foram anunciados os pedidos de substituição dos seguintes membros: Artur Filipe Brandão Campos Aguiar, eleito pela lista do Partido Socialista; Vera Alexandra Mendes Soares, eleita pela lista do Grupo de Cidadãos "Fafe Sempre". Solicitaram, também, a sua substituição o Presidente da Junta de Freguesia de Golães, pelo Tesoureiro, André Pereira Soares; o Presidente da Junta de Ribeiros, pelo Tesoureiro, Albino Ricardo Pereira Rodrigues e o Presidente da Junta de Freguesia de Fafe, pelo Vogal, Marco Paulo Fernandes Freitas.-----

-----Tomaram assento, os elementos que se seguiam nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de cinquenta e dois Membros

-----Passou-se, de imediato, para a **Ordem de Trabalhos**:-----

-----**Ponto Único - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de não aceitação de novas competências para a Autarquia no ano de 2019, (descentralização).**-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que, a presente proposta tinha registado quatro votos a favor e cinco votos contra, em reunião de Câmara e que, face a este resultado, originou a que a Assembleia se pronunciasse sobre a rejeição ou não aceitação das competências.-----

-----De seguida, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por dizer que as políticas de proximidade têm sido, ao longo de muitos anos, alvo de um grande debate Nacional e de um modo consensual reconhecido como sendo de políticas positivas, na óticas dos cidadãos, porque aproxima a capacidade de decisão dos cidadãos. Continuou, referindo que, se ganha em termos de eficiência, eficácia e em termos de simplicidade. Relembrou que, a Administração Pública Portuguesa sempre



foi uma administração muito centralizadora e centralista e lembrou, ainda, o debate à volta da regionalização e a sua obrigatoriedade inscrita na Constituição Portuguesa. Referiu que considerava a descentralização importante porque aproximava um serviço de um ministério, seja ele de qual setor for, para mais perto daqueles que necessitavam, que são os cidadãos. Confessou ser um regionalista, por entender que, a regionalização, organiza o país de uma forma mais eficaz e eficiente com órgãos regionais legitimados por um processo eleitoral. Mas, por outro lado, nunca concebeu a regionalização sem a simultaneidade do acompanhamento descentralizador. E, por isso, referiu que tem sido difícil aos vários governos e às várias maiorias parlamentares conseguir levar este processo para a frente. Disse que, felizmente, se conseguiu um consenso entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata de forma a ser possível dar início a este processo de descentralização. Referiu que, na sua opinião, se deveria aproveitar esta oportunidade e dizer sim a este processo de descentralização como um sinal político, uma opção independentemente dos alinhamentos políticos ou partidários, como sendo uma ação política que visa resolver um problema estrutural da nossa sociedade. Disse que não estava a pensar sequer na questão interna da Autarquia, porque a Câmara, enquanto instituição tendo menos competências, logo, tem menos trabalho, referiu. Disse também que sabia as dificuldades que a Câmara iria ter para fazer o que tinha que fazer e, obviamente, que tendo mais competências terá, seguramente, mais algum trabalho. Reafirmou que, na sua opinião, não é uma questão partidária. Considerou que talvez aqueles que criticam, tenham alguma razão, por ser pouco mas, referiu que era um primeiro passo, pequeno, tímido, que não tinha grandes impactos e que, mesmo assim, já criava grandes controvérsias. Fez um apelo a cada um dos Senhores Deputados para pensarem seriamente, independentemente dos seus alinhamentos, no interesse dos seus concidadãos, todos os Fafenses. Sugeriu ao Presidente da Assembleia para ser efetuada a análise detalhada de Decreto a Decreto, referindo que era possível aceitar umas competências e não aceitar outras. Referiu, ainda, que se devia discutir e debater para se decidir a atitude que a Autarquia deve tomar, para já, em 2019. Esclareceu que não era decidir se o Município aceitava ou não aceitava a descentralização, era decidir se começava já em 2019 esta descentralização. Terminou esclarecendo que se o Município não aceitar agora terá que se pronunciar,



novamente, em abril, sobre se aceita, ou não aceita, para 2020, e, depois, com concordância ou discordância a partir de janeiro de 2021, por lei, passam as competências a ser dos Municípios e, já, sem voto na matéria.-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa** esclareceu que a proposta em discussão, nos termos em que vem da Câmara, é uma proposta de não aceitação das competências e que não via na lei qualquer reserva em que, neste caso, a Assembleia não pudesse alterar a proposta que vinha da Câmara e, por isso, perguntou à Assembleia, se pretendia pronunciar-se sobre cada um dos diplomas ou, se queria fazer apenas uma votação geral, global, tal e qual vinha a proposta da Câmara.-----

-----Abriram-se as inscrições para os membros da Assembleia se pronunciarem e, decidirem qual a melhor metodologia.-----

-----O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entregou um requerimento à mesa, onde requeria que a cada decreto lei, em apreciação, correspondesse uma votação.-----

-----De seguida, usou da palavra **Duarte Teixeira Rocha**, eleito pela lista “Unidos a Fafe” - PSD/CDS-PP para dizer que a proposta devia ser votada na globalidade como veio da Câmara. Referiu que, na sua opinião, não se deveria individualizar diploma a diploma e que o Partido Social Democrata estava de acordo com a descentralização mas, para o ano 2019, nos moldes em que está, não aceitava por duas razões. Em primeiro lugar, porque parecia haver contrassenso naquilo que o Presidente da Câmara dizia que, por um lado, tinha escassez de recursos humanos, e por outro, dizia que não ia haver mais encargos. Por isso, referiu que não compreendia que não fossem necessários mais recursos humanos para as novas competências. Em segundo lugar, referiu que seria assinar um cheque em branco da forma como estava porque, no seu entender, deveria haver alguma contrapartida para a cedência de competências. Referiu que, mesmo para as juntas de freguesias, teria de se pensar nas contrapartidas financeiras. Terminou realçando que era necessário conhecer as contrapartidas financeiras para se decidir. -----

-----De seguida usou da palavra **José Manuel Gonçalves Domingues**, eleito pelo Partido Socialista para esclarecer que, o requerimento, apresentado pelo Partido Socialista, tinha apenas como objetivo dar a cada um dos membros da Assembleia, que não são Vereadores, a possibilidade de decidir e de discutir 11 decretos leis, todos com



competências diferentes e que possibilitava a cada um dos membros da Assembleia de se poder pronunciar sobre cada um deles individualmente. Continuou a sua intervenção referindo que, entende ser um direito legítimo de cada membro da Assembleia de manifestar a sua opinião relativamente a cada uma das competências que o Governo quer delegar nas Autarquias. Disse, ainda, não haver nenhuma razão objetiva para que não se pudesse votar cada um dos decretos, em particular e, um de cada vez.-----

-----Pedi a palavra **José Manuel Ribeiro Cardoso**, eleito pela lista “Unidos a Fafe” - PSD/CDS-PP, para dizer que só iria discutir a proposta que foi votada na Câmara sobre a aplicação ou não da descentralização, já de imediato, ou quando for imposto pelo Governo. Referiu que, com certeza, todos queriam a descentralização, embora todos tinham muitas dúvidas sobre as garantias positivas que esta irá dar. Referiu, ainda, que era bastante mais a favor da descentralização, do que da regionalização e, que todos deveriam repensar muito bem sobre o assunto em discussão. Disse que se esta proposta fosse exclusiva de Fafe não teria dúvidas e que o seu voto seria sim, mas como vinha do Poder Central, que tem uma estratégia, entende que terão de decidir em conformidade com o nosso Município.-----

-----De seguida usou da palavra **Filipa Sofia Guedes Faria**, eleita pelo Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”, para ler uma declaração de voto do Grupo Parlamentar Fafe Sempre e que pretendia que fosse anexada à ata desta sessão da assembleia e da qual faz parte integrante.-----

-----Usou da palavra **Maria de Fátima Pereira Oliveira Caldeira**, eleita pelo pelo Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”, começando por dizer que a sua intervenção vinha no sentido da intervenção do Deputado do PS, José Manuel Gonçalves Domingues, para questionar a Câmara, sobre qual foi o procedimento que fizeram aquando da votação, se foi uma votação setorial ou uma votação global.-----

-----De seguida usou da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia de Varzeacova e Moreira de Rei**, dizendo que relativamente à primeira parte não haveriam grandes dúvidas porque, no seu entender, ficou claro que se podia votar decreto a decreto. Relativamente à apresentação da proposta, pelo Presidente da Câmara, disse que para si foi clara e que ficou devidamente esclarecido. Referiu, ainda, que se a proposta fosse



desfavorável para o concelho de Fafe, o Presidente da Câmara a teria rejeitado. Referiu, ainda, que o próprio Presidente da Câmara disse que estas pequenas competências transferidas para o Município não produzem grande encargo financeiro. Continuou, a sua intervenção, referindo que estas transferências eram benéficas para os cidadãos e deu como exemplo, o Espaço do Cidadão, a funcionar na sua Junta de Freguesia já há muito tempo e existente, também, noutras freguesias e que, na sua opinião, funcionam muito bem. Referiu, ainda que considera o Espaço do Cidadão um serviço de proximidade que veio beneficiar muito os cidadãos do concelho, dando alguns exemplos dos serviços prestados naquele Espaço. Esclareceu que os edifícios da justiça, em serviço, estão excluídos deste pacote, já as casas dos Magistrados, da Avenida das Forças Armadas, possivelmente poderão reverter para o Município e que, na sua opinião, muito bem, a exemplo do que fizeram outros Municípios, por não estarem habitadas. Por isso, considerou que seria um bom princípio aceitar-se estas competências, porque para quem representa o poder local que, por si só, reivindica competências, seria um pequeno passo. Referiu que só uma das competências, ao que pensa, irá para as Juntas de Freguesias, que é o Espaço de Cidadão. Continuou para esclarecer que em muitas freguesias o Espaço de Cidadão, já não é novo, porque já funciona e, muito bem. Disse, ainda, que não viu nenhuma das Freguesias onde o Espaço do Cidadão funcionava dizer que o queria encerrar ou que o queria devolver, pelo contrário, na sua opinião, as freguesias querem ainda mais. Referiu que, tal como noutras transferências, faltava analisar muitos pormenores, no entanto, na sua opinião, daqui a um ano vai acontecer o mesmo porque, até lá, ninguém mais vai estudar os decretos leis. Referiu, ainda que, como disse o Presidente da Câmara, para 2020 irão ser chamados a pronunciar-se e irão dizer exatamente as mesmas coisas e ter as mesmas reticências e, depois, em 2021 já não terão que decidir. Terminou deixando um apelo no sentido de se concordar com esta descentralização que, no seu entender, não representava nenhum prejuízo para os cidadãos.-----

-----De seguida usou da palavra **Joaquim Magalhães**, eleito pela lista do Partido Socialista, para reafirmar, mais uma vez, que o poder local, a maior conquista do 25 Abril foi quem mais e melhor serviu a população, quem mais problemas resolveu e que mais proximidade criou entre todos. Continuou, a sua intervenção, referindo que,



considerava um investimento e não um gasto e, que era dessa forma que entendia a descentralização e que, por isso, votará sempre por mais e mais descentralização no poder local, e achava estranho não se confiar no poder central. Reafirmou mais uma vez que a descentralização era um assunto muito sério, e que todos deveriam refletir naquilo que foram as conquistas de Abril e do poder local, reforçou a ideia de que era a favor da regionalização e da descentralização e que não estava preocupado com a eventual interferência no orçamento para 2019.-----

-----De seguida usou da palavra, **José Manuel Gonçalves Domingues** para questionar o Presidente da Assembleia sobre como estava a ordem dos trabalhos.-----

-----O **Presidente da Assembleia** respondeu que a mesa não tinha mais inscrições e, que haveriam de dar resposta ao requerimento, mas que estava a ouvir a Assembleia num sentido mais genérico, tal como se fez no Orçamento, discutir globalmente, e depois votar cada proposta.-----

-----Pedi, novamente, a palavra **José Manuel Gonçalves Domingues** para dizer que subscrevia tudo aquilo que foi dito por Joaquim Magalhães. Reforçando a ideia de que o poder local foi a maior conquista do 25 de Abril, do Portugal Democrático e que, por isso, entende que dar ao Poder Local competências e ferramentas para estar junto da população e resolver os problemas é de facto a ideia fundamental, do Poder Local, cumprindo assim, no seu entender, rigorosamente e religiosamente a democracia.-----

-----De seguida usou da palavra **Palmira Teresa Moreira Dias, eleita pelo Partido Socialista**, que começou por dizer que não ia ler o que tinha escrito, porque tudo já tinha sido dito e não queria “maçar” as pessoas com o mesmo assunto. Lembrou algumas situações pessoais, enquanto Educadora de Infância e esposa de um Ex-Presidente de Junta, para fazer o paralelismo sobre a decisão que hoje teria de ser tomada, mesmo com receios e dúvidas, para bem de toda a população.-----

-----Usou, novamente, a palavra **Duarte Teixeira Rocha** para dizer que considerava esta discussão um assunto sério e que deveria ser tratado como tal. Referiu, ainda, que o Partido Social Democrata não estava contra a descentralização, bem pelo contrário, só não estavam de acordo que a descentralização fosse efetuada nestes moldes sem saberem qual era a contra partida financeira e se era suficiente para custear os gastos que de facto a Autarquia irá ter.-----



-----De seguida usou da palavra **Manuel Armando Salgado dos Santos**, eleito pelo Partido Socialista começando por dizer que, perante tudo o que tinha ouvido, todos estavam a favor da descentralização mas que havia um grupo que não estava preocupado em servir as pessoas mas no dinheiro que poderá vir com a descentralização e, na sua opinião, se for para servir as pessoas terão de votar e ser a favor da descentralização para depois não serem acusados, pelas gerações futuras, de não terem aceitado a descentralização, lembrando, também que o centralismo era antes do 25 de Abril.-----

-----Usou da palavra **Joaquim Magalhães** para esclarecer a sua intervenção anterior no que diz respeito ao orçamento.-----

-----Foi dada a palavra a **Carlos José Santos Cunha**, eleito pelo Partido Socialista que começou por dizer que estarão todos de acordo e todos a favor da descentralização pelo que, no seu entender, essa parte está ultrapassada. Reforçou que a descentralização é uma oportunidade para as autarquias locais. Justificou a sua afirmação primeiro porque, na sua opinião, a descentralização consegue trazer para a gestão autárquica alguns daqueles que são os anseios da população e segundo, na sua opinião, se for pouco, como foi referido, a adaptação também será mais fácil. Referiu que, caso contrário, em 2021 não haverá opção para a descentralização e a adaptação, na sua opinião, será sempre mais difícil. Relativamente à boa gestão ou à má gestão, referiu que os Orçamentos apresentados nos últimos anos, pela Câmara, foram sérios, assertivos e que acima de tudo nunca se gastou mais que aquilo que se podia, nem nunca se ficou a dever mais do que o que se devia. Relativamente à descentralização na sua totalidade, referiu que pode não concordar, mas queria discutir medida a medida por entender ser mais vantajoso para todos.-----

-----De seguida, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para fazer algumas considerações sobre um ou outro ponto. E, começou por salientar que todo este processo, representava também o trabalho da Associação Nacional de Municípios em conjunto com o governo. Informou também que, na semana passada, teve uma reunião Nacional com a Comissão Nacional de Municípios, Presidida por Ribau Esteves que fez a defesa e a explicitação, a todos os Presidentes de Câmara que lá estavam presentes, da forma como foram conseguidos estes consensos e consolidadas estas



propostas retirando alguns fantasmas. Esclareceu que, na Câmara, não houve uma votação decreto a decreto por ser desnecessária, dado que os Senhores Vereadores, da representação das forças políticas da oposição, declararam logo que iriam votar contra ou seja, iriam rejeitar todos os decretos. Relativamente à escassez dos recursos humanos referiu que se forem analisados com cuidado os decretos um, a um, se poderia ver que o que se pede aos serviços é um bocadinho mais de trabalho. E, terminou referindo que o que se pretendia era, realmente, prestar o melhor serviço aos cidadãos.-----

-----Foi dada a palavra a **Pedro Nuno Bastos Freitas**, do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”, para dizer que, perante tudo o que foi dito e que, face também à intervenção do seu Grupo Parlamentar, fez chegar uma proposta ao Senhor Presidente da Assembleia para que, se fosse esse o entendimento deste plenário, fosse criada uma Comissão de Grupos Parlamentares e o próprio Município para fazerem a discussão do assunto em moldes, mais há frente. E lembrou como foi com a educação e, com o encerramento das escolas que a Administração Central pagou os transportes escolares ou ficou assente que estes seriam por conta da Administração Central e que, foi por dois anos, e depois quem ficou com os encargos dos transportes escolares foi o executivo. Terminou, referindo que estava descansado, porque já alguém tinha dito que o Doutor Raul Cunha não seria enganado e que iria confiar e acreditar nessa afirmação.-----

-----De seguida usou de novo a palavra **José Manuel Gonçalves Domingues** para questionar o porquê de constituir uma comissão se não podiam alterar o decreto. Reafirmou, ainda, que a única coisa que têm de decidir é se aceitam já a transferência de competências, ou para o ano ou, obrigatoriamente, em 2021.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos**, que apelou aos membros desta Assembleia, principalmente, aos seus colegas Presidentes de Junta para não fazerem disto uma questão política mas, para pensarem nos cidadãos e no que interessa para Fafe e suas Freguesias.-----

-----De seguida o **Presidente da Mesa** perguntou ao Presidente da Câmara, qual era o estado da situação da descentralização da CIM do Ave, dado que haviam diplomas que exigiam o acordo de todos os Municípios do Ave.-----



-----O **Presidente da Câmara** esclareceu que a CIM não tinha prazo para poder ser assumida a competência e que, portanto, em qualquer altura estará sempre a tempo. Referiu que, ao contrário, os Municípios têm prazo até final desta semana para comunicar que não aceitam e que, se nada comunicar significava que aceitava. Esclareceu que, em relação há CIM, como é uma Associação de Municípios, para ter alguma competência têm de todos estarem de acordo. Em relação há questão de como estava este assunto na CIM disse que, Guimarães aceitou a competência das vias de comunicação, referiu que não era isso que estava no decreto, esclarecendo que o que estava era a gestão das vias. Disse que seria um sinal e um pretexto para mostrarem que querem assumir mais competências e responsabilidades, no futuro, nessa questão das vias. Disse que Vizela, aceitou todas, exceto, as vias de comunicação como sinal e sintoma de que estão zangados pelo facto de Vizela não ter um acesso rápido à Auto Estrada e que, portanto, acharam que manifestar esse sinal era não aceitar essa competência estando de acordo com todas as outras e assumindo todas as outras. Esclareceu, ainda, que Vieira do Minho, um Município PSD, aceitou todas; Famalicão não aceitou nenhuma, adiou pelo menos até ao mês de abril; Cabeceiras de Basto aceitou umas e não aceitou outras; Mondim de Basto e Pova de Lanhoso aceitaram algumas e rejeitaram outras.-----

-----O **Presidente da Mesa** disse que a resposta do Presidente da Câmara ajudava a perceber este “envelope todo”, e que ao contrário daquilo que aqui e ali se disse, não era aprovado por todos os Partidos, nem era rejeitado por todos os partidos, que haviam Autarquias do partido do Governo que rejeitavam, bem próximas de Fafe, haviam outras que aceitavam, algumas do PSD. Referiu que a Associação Nacional de Municípios com grande esforço e com grandes promessas do Governo tinha uma posição que nem era “carne nem peixe”.Referiu, ainda, que a decisão de aceitação ou rejeição não modificava nada do que já estava, nada se alterava, porque a própria lei dizia que não havendo aceitação tudo ficava como estava, ou seja, as competências mantinham-se onde elas já estão. Disse, ainda que, ao que sabe, os Espaços do Cidadão foram protocolados com o Município, mas que não estão protocolados com as Juntas de Freguesias e funcionam e que é bom que funcionem mas, que funcionam de forma informal. Referiu, ainda que tal como já aconteceu no passado o Poder Central,



normalmente, só transfere aquilo que não lhe dá jeito fazer. E que, no caso concreto, não era certamente por acaso que a Assembleia da República na sua quase totalidade protesta do facto de o Governo não ter criado ainda o fundo, não ter dado ainda indicação das transferências que fará para cada um dos Municípios. Disse que, basicamente, as competências que se pretendem transferir, na sua opinião, são inócuas ou pouco mais que inócuas, pelo menos em Municípios pequenos ou de média dimensão, e acreditava que não teriam grande impacto. Disse que, na sua opinião, este processo foi um pouco atabalhado, não haviam os diplomas necessários para que se pudesse ajuizar relativamente a cada uma das competências, e que, por isso, foram saindo e, obviamente, foram saindo escondendo aquilo que é verdadeiramente importante na descentralização, que são as competências pesadas, competências que obrigam a um envelope financeiro. Referiu que, considerava que, provavelmente, este não seria o momento mais oportuno para se fazer um processo destes, porque estava a terminar o primeiro mês de 2019 e que iriam haver três processos eleitorais durante este ano e que, obviamente, quem aceitar já competências vai começar a exercê-las, sendo que lhe parecia que a maioria dos Municípios não o iria fazer. Referiu, ainda, que todas as outras competências iriam ser relegadas para o próximo Governo que, pode ser este, ou outro e que será para o próximo Governo a discussão sobre as matérias mais importantes e que implicam transferências de verbas e, na sua opinião, será aí verdadeiramente que a questão da descentralização será relevante e se o Governo este, ou outro qualquer, transferirá efetivamente os recursos que aloca as competências que transfere. Disse, ainda que do que percebeu desta Assembleia, todos serão a favor não só do Poder Local, mas da Descentralização e são também pela regionalização. Lembrou que esta Assembleia aprovou, algures, o ano passado, uma proposta, por unanimidade, da Regionalização. E, na sua opinião, era isso que, verdadeiramente, deveria acontecer para que o processo de transferência de poderes, que estão nas mãos do Estado, e que não se justifica estar, pudessem estar próximos dos Eleitores. Referiu, novamente, a possibilidade de se votar decreto a decreto e realçou, mais uma vez, a forma precipitada como todo este processo foi conduzido que, na sua opinião, não irá dar o melhor resultado. Esclareceu, que esta era uma matéria em que lhe parecia não haver uma reserva relativamente à possibilidade de se votar



cada um dos diplomas, ou de alterar a proposta que veio do executivo. E, por fim, disse que para se passar à face de decisão, a primeira questão que queria colocar à consideração de todos era a votação do requerimento apresentado pelo PS, no sentido de se poder votar diploma a diploma. Disse que, no caso concreto, não vê nenhum impedimento, por não lhe parecer que decorra da lei qualquer obstáculo a que se faça assim, pelo que a mesa iria pôr à votação decreto a decreto.-----

- Decreto- Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres; - ***A Assembleia deliberou, por maioria, rejeitar a proposta com 23 votos a favor, 25 votos contra, 4 abstenções.***-----

- Decreto- Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna e outras formas de jogo;- ***A Assembleia deliberou, por maioria, rejeitar a proposta com 22 votos a favor, 25 votos contra, 4 abstenções.***-----

- Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro – concretiza a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da promoção turística; ***A Assembleia deliberou, por maioria, rejeitar a proposta com 22 votos a favor, 26 votos contra, 4 abstenções.***-----

- Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação; ***A Assembleia deliberou, por maioria, rejeitar a proposta com 21 votos a favor, 26 votos contra, 5 abstenções.***-----

- Decreto-Lei n.º 101/2018, de 28 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça; ***A Assembleia deliberou, por maioria, rejeitar a proposta com 21 votos a favor, 26 votos contra, 5 abstenções.***-----

- Decreto-Lei n.º 102/2018, de 28 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados pelos fundos europeus e dos programas da captação de investimento; ***A***



**Assembleia deliberou, por maioria, rejeitar a proposta com 21 votos a favor, 26 votos contra, 6 abstenções.**-----

- Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários; **A Assembleia deliberou, por maioria, rejeitar a proposta com 23 votos a favor, 26 votos contra, 3 abstenções.**-----

- Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão; **A Assembleia deliberou, por maioria, rejeitar a proposta com 19 votos a favor, 29 votos contra, 4 abstenções.**-----

- Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação; **A Assembleia deliberou, por maioria, rejeitar a proposta com 22 votos a favor, 25 votos contra, 5 abstenções.**-----

- Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património público sem utilização; **A Assembleia deliberou, por maioria, rejeitar a proposta com 23 votos a favor, 25 votos contra, 4 abstenções.**-----

- Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público; **A Assembleia deliberou, por maioria, rejeitar a proposta com 21 votos a favor, 26 votos contra e 5 abstenções.**-----

-----Terminada a votação o Primeiro Secretário procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. Colocada à votação, **foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram vinte e três horas e trinta minutos-----

-----E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco, de doze de setembro, de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

*Dei A. L. S.*  
*António José Manuel Quintal*  
*pedro manuel de almeida y Rebelo*